

DISTRITO FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2007-
GCDF, nos termos do Padrão nº 05/2002.
Processo nº 0017.000.758/2007

Cláusula Primeira – DAS PARTES

O Distrito Federal, por meio da **CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – CGDF**, com sede no SRTVS Q. 701, Bloco K, Térreo, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por LOURENÇO GRÜBEL DIEHL, na qualidade de Corregedor-Geral do Distrito Federal - Substituto, com delegação de competência prevista no Regimento Interno da CGDF, aprovado pelo Decreto nº 24.582, de 11.4.2004, e nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e **FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO – FUNAP**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede no SIA Trecho 08 Lotes 170/180, Brasília - DF, CNPJ nº 03.495.108/0001-90, representada neste ato por Paulo César Chagas, na qualidade de Vice-Presidente, com delegação de competência prevista na Portaria nº 03/FUNAP, de 18.6.2007, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 117, de 20.6.2007, pág. 9.

Cláusula Segunda – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico de fls. 41 a 45, da Proposta da FUNAP de fls. 03 a 06, e da Justificativa de Dispensa de Licitação constante do Projeto Básico (fls. 41/42), baseada no inciso XIII, art. 24, c/c art. 26 e com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21.6.93 e suas alterações, no Decreto nº 10.144/87, que aprova o Estatuto da CONTRATADA, no Decreto nº 24.193/2003, que dispõe sobre a criação do Projeto Reintegra Cidadão, e no despacho de informações complementares às folhas 90 a 92 dos autos.

Cláusula Terceira – DO OBJETO

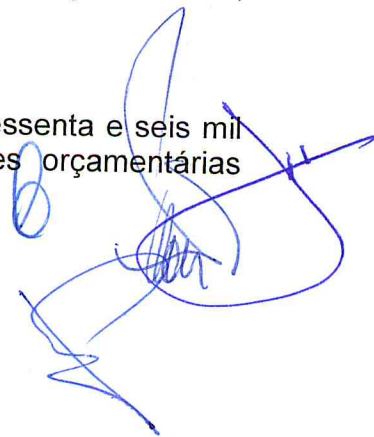
O Contrato tem por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades de reprografia, entrega de documentos, manutenção e conservação predial, recolhimento de bens inservíveis, copeiragem e serviços gerais, a serem realizados por sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, administrado pela CONTRATADA, na sede da CONTRATANTE, consoante especifica o Projeto Básico às fls. 41 a 45, a Proposta de fls. 03 a 06 e o despacho de informações complementares às folhas 90 a 92, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de execução indireta, segundo o disposto no art. 10, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – DO VALOR

5.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 266.970,00 (duzentos e sessenta e seis mil novecentos e setenta reais), que correrá à conta das dotações orçamentárias



consignadas no orçamento da CONTRATANTE.

5.2 – A CONTRATANTE pagará mensalmente a CONTRATADA, o valor máximo de R\$ 22.247,50 (vinte e dois mil duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), correspondente à prestação dos serviços por até 20 (vinte) sentenciados, conforme discriminado no Projeto Básico.

5.3 – Os valores contratados serão reajustados, anualmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE ou outro que vier a substituí-lo.

Cláusula Sexta – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04.122.0100.8517.6974 – Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

III – Natureza da Despesa: 3.3.91.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

IV – Fonte de Recursos: 100 - Tesouro

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 28.922,00 (vinte e oito mil novecentos e vinte e dois reais), conforme Nota de Empenho nº 2007NE00043, emitida em 21.11.2007, sob o evento nº 400091, na modalidade 2 – Estimativo.

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 10 (dez) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Oitava – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação a critério da CONTRATANTE e na forma do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Nona – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9.1 – Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa;

9.2 – proporcionar todos os meios necessários para que a CONTRATADA possa desempenhar todos os serviços objeto desta contratação;

9.3 – determinar o horário e o local onde serão prestados os serviços;

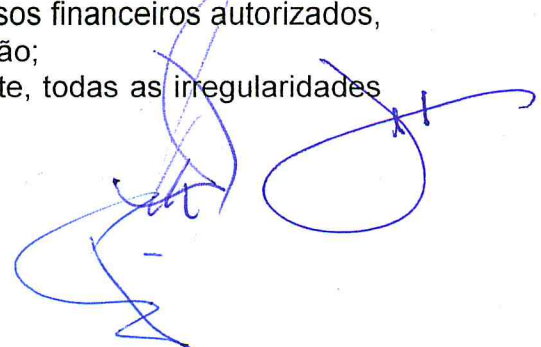
9.4 – encaminhar à CONTRATADA até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente as folhas de ponto dos sentenciados, devidamente assinadas e atestadas;

9.5 – encaminhar os desligamentos dos sentenciados até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês que anteceder o desligamento;

9.6 – orientar os sentenciados quanto à execução das tarefas, de forma que os serviços sejam realizados dentro dos seus parâmetros de eficiência e eficácia;

9.7 – cumprir com a CONTRATADA, todos os compromissos financeiros autorizados, assumidos ou adiantados em decorrência desta contratação;

9.8 – notificar à CONTRATADA, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas no decorrer do Contrato;



9.9 – acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, mediante representante especialmente designado, conforme disposto na legislação vigente;

9.10 – fornecer material de consumo, uniforme e equipamentos de proteção individual, caso necessário à utilização dos mesmos, na execução dos serviços contratados.

Cláusula Décima – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1 – Selecionar os sentenciados para o trabalho, conforme solicitação, dentre aqueles indicados pelos Estabelecimentos Penais do Distrito Federal e a CONTRATANTE;

10.2 – indicar sentenciados que estejam com a documentação (Carteira de Identidade e CPF) regularizada e que possuam conta corrente em estabelecimento bancário;

10.3 – orientar, inicialmente, os sentenciados encaminhados quanto à execução das tarefas, de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição;

10.4 – garantir à CONTRATANTE a mão-de-obra necessária à execução das tarefas, dentro dos horários por ela praticados, que não será inferior a 6 (seis) horas nem superior a 8 (oito) horas diárias, com descanso nos feriados e finais de semana, em conformidade com a Lei de Execuções Penais;

10.5 – prestar os serviços contratados na forma ajustada, mantendo a execução de cronograma de tarefas que vier a ser estabelecido pela CONTRATANTE;

10.6 – comunicar imediatamente à CONTRATANTE quando o sentenciado for recolhido ou entrar em licença médica;

10.7 – substituir no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis qualquer dos sentenciados que, por questão de recolhimento, licença-médica, ordem, disciplina ou assiduidade, não atendam aos interesses da CONTRATANTE, à exceção dos casos de encerramento da pena, quando o sentenciado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8 – assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados pelos sentenciados, à CONTRATANTE ou aos seus prepostos, nos locais onde os serviços são realizados;

10.9 – coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços, cuidar da disciplina, controlar a frequência e a boa apresentação pessoal dos sentenciados;

10.10 – responsabilizar-se pelo pagamento dos salários, auxílios refeição e transporte dos sentenciados, bem como dos encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do Contrato;

10.11 – comprovar, juntamente com a fatura mensal dos serviços prestados, ou sempre que solicitado, a quitação dos encargos sociais, previdenciários e tributários, mediante a apresentação das respectivas certidões negativas;

10.12 – manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no ato da contratação;

10.13 – designar um preposto, para responder pelo Contrato, junto a CONTRATANTE;

10.14 – comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por meio de correspondência, qualquer fato relevante que eventualmente ocorra, que possa alterar significativamente a sua situação econômico-financeira ou a imagem pública.

Cláusula Décima Primeira – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

11.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Segunda – DAS PENALIDADES

12.1 – O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou da parcela, respectivamente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

12.2 – Por tratar-se de órgão, integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal e sem fins lucrativos, fica dispensada a prestação de garantia para execução do Contrato.

Cláusula Décima Terceira – DA DISSOLUÇÃO

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quarta – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CONTRATANTE, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Quinta – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

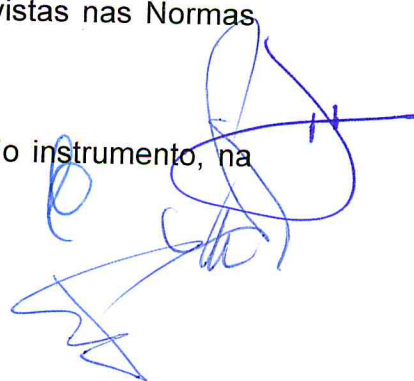
Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sexta – DO EXECUTOR

O Distrito Federal, por meio da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Sétima - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na



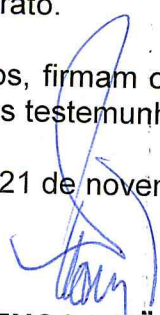
Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o respectivo registro pela CONTRATANTE.

Cláusula Décima Oitava – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.


Brasília, 21 de novembro de 2007.


LOURENÇO GRÜBEL DIEHL
Corregedor-Geral do Distrito Federal - Substituto


PAULO CÉSAR CHAGAS
Vice-Presidente da FUNAP

TESTEMUNHAS:


RICARDO TEIXEIRA DESTORD
CPF: 553.691.387-53


JÚLIO CÉSAR DE MARTINS E PINHEIRO
CPF: 183.612.501-15